

## Teletrabalho como tema de pesquisa: um estudo bibliométrico no portal de periódicos da CAPES

Telework as a Research Topic: A Bibliometric Study in the CAPES Journals Portal

Rejane da Silva Alves<sup>1</sup>  
André Vasconcelos da Silva<sup>2</sup>

325

**Resumo:** Considerando o movimento significativo de implementação do teletrabalho no Brasil, torna-se cada vez mais relevante fornecer um panorama dos estudos anteriores, subsidiando a construção de perspectivas futuras de análises. Por isso, o presente artigo buscou descrever a produção científica nacional sobre a modalidade laboral. Desse modo, verificou-se as publicações disponibilizadas no Portal de Periódicos da Capes no período de 2013 a 2023, resultando no total de 142 artigos, analisados por meio da bibliometria. Constatou-se um aumento expressivo do interesse pelo tema a partir do ano 2020, com o maior número de publicações em 2023. Os artigos foram publicados em periódicos de variadas áreas do conhecimento, com a Revista de Gestão e Secretariado (GeSec) concentrando 11 publicações. Sobre a autoria, constatou-se um grande número de autores com uma publicação apenas. Quanto à instituição de vinculação do primeiro autor de cada artigo, a Universidade de Brasília (UnB) liderou o ranking com oito trabalhos. Sobre o tipo de estudo, houve uma discreta predominância de artigos empíricos. Identificou-se também uma diversidade de temáticas, estando as principais questões vinculadas às percepções sobre a experiência com o teletrabalho, demonstrando que as implicações do teletrabalho são pontos de atenção levantados pela comunidade científica.

**Palavras-chave:** Teletrabalho. Bibliometria. Portal de Periódicos da Capes.

<sup>1</sup> Mestranda em Gestão Organizacional – Universidade Federal de Catalão (UFCat). Especialista em Comunicação Estratégica pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Graduada em Comunicação Social, com Habilitação em Jornalismo, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Jornalista no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Campus Morrinhos. E-mail: rejane.alves@discente.ufcat.edu.br

<sup>2</sup> Doutor em Ciências do Comportamento (UnB). Coordenador e pesquisador do Laboratório de Análise do Comportamento Organizacional e do Consumo (UFCAT/CGEN), professor associado e membro permanente do Mestrado de Gestão Organizacional da Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios, da Universidade Federal de Catalão - UFCAT. (PPGGO/UFCAT/CGEN). E-mail: andre\_vasconcelos\_silva@ufcat.edu.br

Recebido em 26/10/2024  
Aprovado em: 07/11/2024

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



**Abstract:** Considering the significant movement to implement telework in Brazil, it is becoming increasingly important to provide an overview of previous studies, helping to build future analysis perspectives. For this reason, this article sought to describe national scientific production on this type of work. In this way, the publications made available on the Capes Journal Portal from 2013 to 2023 were checked, resulting in a total of 142 articles, which were analyzed using bibliometrics. There was a significant increase in interest in the topic from 2020 onwards, with the highest number of publications in 2023. The articles were published in journals from various areas of knowledge, with *Revista de Gestão e Secretariado (GeSec)* concentrating 11 publications. With regard to authorship, there were a large number of authors with only one publication. As for the institution where the first author of each article was based, the University of Brasilia (UnB) topped the ranking with eight papers. Regarding the type of study, there was a slight predominance of empirical articles. A diversity of themes was also identified, with the main issues being linked to perceptions of the experience of telework, demonstrating that the implications of telework are points of attention raised by the scientific community.

**Keywords:** Telework. Bibliometrics. Capes Journal Portal.

## 1 INTRODUÇÃO

As tendências no mundo do trabalho foram impulsionadas pelos desdobramentos do distanciamento social imposto na pandemia da Covid-19, ultrapassando algumas resistências e reforçando o potencial de outras possibilidades de atuação profissional, ganhando notoriedade e popularidade termos como o teletrabalho, o home office e o trabalho remoto. No entanto, antes mesmo dos impactos da pandemia, já se desenhavam novidades no modo de trabalhar, que foram possibilitadas pelo desenvolvimento da tecnologia e popularização da internet. Com os avanços tecnológicos, tornou-se possível o desempenho de atividades por indivíduos fisicamente distantes, oportunizando a cooperação, sem delimitar a localização física dos integrantes da equipe de trabalho (Abbad *et al.*, 2022).

Na perspectiva de virtualização das organizações e de externalização e flexibilização do trabalho, emergem modalidades laborais que independem da presencialidade obrigatória do trabalhador nas dependências físicas do empregador para serem concretizadas, tendo como apoio a tecnologia. Neste contexto, tem-se o teletrabalho, definido como todo trabalho intelectual executado fora da sede da empresa, por meio das tecnologias da informação e comunicação, mediante contrato, controle, supervisão e subordinação (Sobratt, 2020).

O teletrabalho, indiscutivelmente, está inserido no processo histórico de metamorfoses no universo do trabalho, o que resulta na redefinição de arranjos laborais nas organizações e na reinvenção da rotina de muitos trabalhadores. Com significativo crescimento verificado no

contexto contemporâneo, a inserção do teletrabalho traz avanços, mas também desafios, justificados pela própria natureza complexa da modalidade.

Diante da dimensão da adesão ao teletrabalho no Brasil, bem como da complexidade do fenômeno, a pesquisa sobre esta modalidade alternativa de trabalho torna-se cada vez mais relevante para buscar compreender suas particularidades, seu funcionamento e suas implicações. Neste sentido, este estudo teve como questão motivadora “Como tem sido a produção científica nacional sobre teletrabalho?”. Com isso, o objetivo geral foi verificar a produção científica nacional sobre teletrabalho em artigos de periódicos. Os objetivos específicos foram: identificar a ocorrência anual das produções de artigos científicos acerca do teletrabalho; mapear a evolução do interesse acadêmico-científico pelo teletrabalho; descrever a produção científica por periódicos, por autoria, por instituição de afiliação dos autores, por tipo de estudo e por frequência de palavras-chave; verificar as temáticas mais tratadas e os principais resultados obtidos nos artigos selecionados.

Tendo em vista a relevância de investigar as publicações já realizadas acerca do tema, foi realizada uma revisão bibliométrica. O procedimento metodológico adotado foi a coleta de artigos de periódicos na plataforma Capes e a busca teve como descritores os termos “teletrabalho”, “home office” e “trabalho remoto”. Foram considerados artigos publicados no período compreendido nos últimos dez anos, sendo de 2013 a 2023, e que atendiam aos critérios de inclusão e exclusão.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Visando ao embasamento teórico para este estudo, a presente seção apresenta uma contextualização do teletrabalho quanto aos conceitos e suas principais vantagens e desvantagens, bem como quanto à história da modalidade laboral no cenário brasileiro, trazendo contribuições de autores clássicos e de pesquisadores que abordaram o tema.

### 2.1 Conceitos e principais vantagens e desvantagens do teletrabalho

A possibilidade de trabalhar de qualquer lugar sem ser obrigatoriamente nos espaços organizacionais tradicionais já é uma realidade em diferentes ramos de serviços e setores da economia, trazendo novas nuances ao mundo do trabalho. Para muitos trabalhadores, o percurso diário de casa para o trabalho e do trabalho para casa está sendo eliminado, integral ou

parcialmente, e substituído pelo uso de recursos tecnológicos para a execução das atividades profissionais de modo não presencial. Neste sentido, desponta o teletrabalho e modalidades similares para designar a efetuação das tarefas laborais em locais distintos do convencional escritório nas dependências físicas do empregador.

Em trabalho acadêmico pioneiro no Brasil, Soares (1995) define o teletrabalho como uma forma de organização do trabalho em que as atividades são desempenhadas fora da organização central por meio de computadores e telecomunicação. Mello (1999), considerado o pai do teletrabalho no País, em obra que é referência brasileira sobre o assunto, coloca o teletrabalho como o processo de levar o trabalho aos trabalhadores, em vez de levar os funcionários à empresa, substituindo os deslocamentos por tecnologia de telecomunicações, com o auxílio de computadores e outros recursos de apoio, não devendo ser uma prática caseira amadora, pois exige disciplina, metas definidas e bom planejamento de ações e de vida.

Utilizando as contribuições das pesquisas da escola italiana S3.Studium sobre a viabilidade do teletrabalho na Itália, Masi (2022) sintetiza o teletrabalho como o trabalho realizado a distância da sede central e habitual de trabalho por meio da telemática, marcado pela flexibilidade nas práticas de gestão e conforme os aspectos legais, não significando um trabalho sem contrato ou uma anarquia. Nesta modalidade, é pela tecnologia que ocorre a interconexão e a coordenação entre os indivíduos geograficamente dispersos. Tal descentralização coloca o teletrabalho como uma modalidade que não é indicada para todos os trabalhadores e nem para todos os tipos de trabalho, sendo mais indicada para algumas funções, de modo total ou parcial, e exigindo dos profissionais uma reciclagem e uma revolução mental, nas palavras de Masi (2022).

Além do teletrabalho, há uma variedade terminológica na literatura, enfatizando a ausência de consenso teórico quanto aos termos comumente utilizados, tais como home office e trabalho remoto, ora empregados como sinônimos, ora com distinção conceitual. Diante dessa imprecisão terminológica, há de se apoiar na definição individual de cada um para buscar compreender as suas especificidades. Para Fincato e Krost (2022), o teletrabalho é um tipo do gênero trabalho a distância, enquanto o home office é o teletrabalho em domicílio, configurando como um subtipo do teletrabalho. Quanto ao trabalho remoto, Nogueira e Patini (2012) evidenciam as diferenciações em comparação ao teletrabalho e defendem que nem todo trabalho remoto pode ser categorizado como teletrabalho, mas que o teletrabalho é sempre realizado remotamente. Dessa forma, o trabalho remoto representa algo mais amplo que abarca todas as atividades executadas em ciberespaço (Oliveira Neto, 2017). Nesta discussão conceitual,

adiciona-se o disposto na Medida Provisória nº 1.108/2022, convertida na Lei nº 14.442/2022 que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que passou a mencionar a nomenclatura trabalho remoto no âmbito da legislação nacional, equiparando-o ao teletrabalho.

Em se tratando da contextualização do tema, por suas especificidades, outro aspecto relevante é a descrição das principais características do teletrabalho. Neste ponto, Costa (2003) salienta que não há uma definição única, o que é justificado pela própria natureza multifacetada do fenômeno, que permite uma série de formatos, com variações nos locais de execução, nas modalidades contratuais e nas tecnologias empregadas. Essa diversificação de arranjos também é enfatizada por Abbad *et al.* 2022, que consideram diferentes possibilidades de teletrabalho, constituídas pela combinação de múltiplos elementos, devendo ser entendidas em uma perspectiva estratégica e adotadas conforme as características do contexto organizacional.

Nas bases teóricas voltadas à compreensão do funcionamento do teletrabalho, estudos trazem as vantagens da modalidade laboral. De modo promissor, os benefícios para os teletrabalhadores, para as organizações e para a sociedade são atrativos para adesão ao teletrabalho. Como pontos positivos, destacam-se o aumento da produtividade, a flexibilidade, a melhoria da qualidade de vida, a redução de custos e a redução dos índices de absenteísmo, que são listados por Goulart (2009) e Kugelmass (1996). Além disso, a dispensa de deslocamento até o escritório é fator de diminuição de estresse com o trânsito e de ganhos de mais tempo para a família e para dedicação ao lazer e às atividades pessoais (Mello, 1999). Sobre a eliminação da necessidade de se deslocar diariamente para trabalhar, Costa (2003) ressalta as vantagens em termos de mobilidade urbana por melhorar o fluxo do trânsito, em aspectos ambientais por diminuir a poluição, em questões de inclusão de minorias com dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, e no que diz respeito à segurança das pessoas por permitir a continuidade das tarefas profissionais mesmo em situações de desastres naturais e de demais acontecimentos calamitosos na humanidade.

Ainda que boa parte dos estudos tenham indicado uma série de vantagens, vislumbrando o teletrabalho como solução de problemas pessoais, organizacionais e sociais, a literatura também registra um leque de desvantagens e desafios, com as discussões mais recorrentes associadas à perda da socialização, aos impactos na saúde do trabalhador, às dificuldades de gerenciar o tempo e de conciliar vida profissional e vida pessoal/familiar, à sobrecarga de trabalho e à precarização. Por deixar de trabalhar em equipe perto de outras pessoas, o teletrabalho limita o convívio social, o que para Trope (1999) pode ser a maior implicação do trabalho realizado nestas condições a distância, podendo esse isolamento afetar

psicologicamente o trabalhador, gerar sentimentos de insegurança e comprometer o senso de pertencimento à organização. Dessa forma, a individualização é uma consequência do teletrabalho e ocasiona o isolamento do indivíduo, com possibilidades para acarretar a perda da identidade organizacional gerada pela falta de comunicação entre o teletrabalhador e a organização, sendo a solidão um fator importante entre os trabalhadores no teletrabalho (Boonen, 2002). Outro ponto observado, na visão de Boonen (2002), é que a estrutura familiar é afetada quando se utiliza o espaço doméstico para fins profissionais, com diferentes papéis dividindo o mesmo ambiente. Na mesma linha, Antunes (2023) afirma que está cada vez mais acentuada a não separação entre o tempo de vida no trabalho e fora do trabalho, resultando na intensificação da dupla jornada de trabalho, sobretudo no caso das mulheres. Ainda sobre os potenciais riscos do teletrabalho, insere-se a precarização. Apesar dos atrativos vantajosos, o teletrabalho pode significar a perda dos direitos trabalhistas e da seguridade social paga pelas empresas, conforme Antunes (2023). Por isso, o teletrabalho requer um olhar atento sob múltiplos aspectos, de modo a potencializar os benefícios, mitigar os problemas e superar os desafios.

## 2.2 História do teletrabalho no cenário brasileiro

Mesmo que de forma imposta inesperadamente, a experiência do teletrabalho foi inédita para muitas pessoas na pandemia da Covid-19 no Brasil e em todo o mundo. No entanto, para uma parcela da sociedade não foi uma novidade. Isso porque, historicamente, a prática laboral em lugar distinto do espaço físico do empregador e mediada pela tecnologia possui origem há mais tempo. No Brasil, a introdução oficial do teletrabalho ocorreu no dia 20 de agosto de 1997, em São Paulo, no Seminário Home Office/Telecommuting – Perspectivas de Negócios e de Trabalho para o Terceiro Milênio. Nesta ocasião, foi lançada a obra literária *De Volta para a Casa – Desmitificando o Telecommuting*, considerada a primeira publicação em português no Brasil (Goulart, 2009). Mundialmente, as bases iniciais do teletrabalho são ainda mais anteriores, com o seu surgimento sendo atribuído ao norte-americano Jack Nilles, criador do termo telecommuting nos anos 1970. Apesar da contribuição de Nilles ser bastante consolidada, nota-se outros nomes como marcantes na história do teletrabalho, tais como o francês Claude Chappe, inventor do telégrafo sinaleiro em 1733, e John Edgar Thompson, com o sistema de telégrafo elétrico nos Estados Unidos em 1857 (Fincato, 2016).

No cenário brasileiro, o tema tarda a chegar, na visão de Fincato (2019). No âmbito jurídico-laboral, por muito tempo a ausência de uma legislação foi um entrave. Entre as propostas legislativas dos anos 2000, Fincato (2019) destaca a Lei nº 12.551/2011, que alterou o artigo 6º da CLT igualando o trabalho presencial no estabelecimento do empregador ao trabalho realizado no domicílio do empregado e a distância, atribuindo aos meios telemáticos e informatizados eficácia idêntica aos presenciais, para fins de subordinação jurídica para caracterização da relação de emprego, admitindo, assim, o trabalho telemático. Apesar do avanço, a lei de 2011 não foi suficiente para regulamentar o teletrabalho, o que só ocorreu formalmente a partir de 11 de novembro de 2017, quando entrou em vigor a Lei nº 13.467/2017 da Reforma Trabalhista. Dessa forma, foi na Reforma Trabalhista que o termo teletrabalho apareceu pela primeira vez na legislação do Brasil (Guimarães, 2023).

Na prática, o processo de teletrabalho começou no Brasil em empresas privadas predominantemente de grande porte e de origem estrangeira (Mello, 1999). Já na esfera pública, a primeira experiência de teletrabalho foi identificada no Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro, com um projeto-piloto iniciado em 2005 e com a implantação do programa de teletrabalho em janeiro de 2006 (Goulart, 2009). Do mesmo modo, outros órgãos passaram a instituir o teletrabalho, sob o amparo legal do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, que apresentou o programa de gestão ao introduzir na jornada de trabalho a possibilidade de substituição do controle de frequência pelo controle por resultados em situações especiais para os servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais (Brasil, 1995).

Apesar da contribuição do Decreto nº 1.590/1995, foi somente em 2018, com a Instrução Normativa nº 1, de 13 de agosto de 2018, que a implementação do programa de gestão foi regulamentada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o que estimulou mais órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec) a implementarem o Programa de Gestão (Legentil *et al.*, 2022). O documento de 2018 definiu o teletrabalho como a categoria de execução do programa de gestão em que o servidor trabalha integralmente fora das dependências da unidade, mediante o uso de equipamentos e tecnologias, dispensado do controle de frequência (Brasil, 2018).

Com as normativas mencionadas, verifica-se que o teletrabalho já era realidade no setor público antes da pandemia por meio do Programa de Gestão. No entanto, o grande marco do Programa foi a Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, que revogou a IN Nº 1/2018. Acompanhando o contexto propiciado pela pandemia, o governo federal estabeleceu novos

critérios e procedimentos gerais para o Programa de Gestão, promovendo a ferramenta de gestão que disciplina a execução de atividades em que os resultados possam ser efetivamente mensurados (Brasil, 2020).

Com o passar dos anos, a regulamentação do Programa de Gestão passou por atualizações. Atualmente denominado de Programa de Gestão e Desempenho (PGD), encontra-se instituído pelo Decreto nº 11.072/2022 e regulamentado pelas Instruções Normativas nº 24/2023 e nº 52/2024. Ao substituir o controle baseado na presencialidade do servidor pelo controle por produtividade e mensuração dos resultados, o PGD inaugurou um novo paradigma no cotidiano laboral da administração pública federal, tendo como um dos atrativos o teletrabalho, permitindo que servidores realizem suas atividades de modo externo ao ambiente organizacional.

Ainda no âmbito nacional, faz-se oportuno conhecer a literatura científica do teletrabalho, mapeando como o assunto tem sido abordado, de forma a avançar na construção e consolidação teórica do tema. Buscando contribuir neste sentido, Costa (2021) ressalta o crescente interesse pelo tema a partir dos anos 1990 e observa que as abordagens são mais de cunho instrumental, evidenciando, de modo promocional, as potenciais vantagens, as possíveis desvantagens e como superar as barreiras da adoção do teletrabalho, sendo relativamente escassas as reflexões críticas sobre o assunto. Para a autora, “a produção efervescente na produção sobre o tema revela seu caráter de discurso em formação” (Costa, 2021, p. 15).

Na análise da produção científica desenvolvida por Faria (2020), não foi encontrado artigo de revisão nacional na busca nas bases de dados em maio de 2018. Nesta revisão sistemática, a amostra foi de 21 artigos publicados de 1995 e 2018, em periódicos classificados no Qualis Capes entre os níveis B2 e A2. Os resultados indicaram a predominância de artigos teórico-empíricos com abordagem qualitativa de campo. Além disso, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi a instituição com mais de uma publicação, totalizando três artigos quanto à vinculação institucional dos autores. Outra constatação foi sobre o foco da literatura nacional sobre teletrabalho, que resultou em uma categorização em percepções e desempenho. Os estudos trataram predominantemente da percepção dos indivíduos, abordando, de modo crítico, as vantagens, desvantagens, desafios e implicações do teletrabalho, sob as perspectivas dos teletrabalhadores, dos gestores e dos trabalhadores presenciais. Diante dos resultados obtidos e das lacunas encontradas, Faria (2020) frisa a importância de desenvolver pesquisas que ultrapassem as descrições das vantagens e dos desafios do teletrabalho.

Na revisão bibliométrica de abordagem quantitativa que analisou 73 artigos, sendo 54 empíricos e 19 teóricos, publicados de 1995 a 2017 nos bancos de dados Anpad, Scielo e Spell, Schleder *et al.* (2019) concluíram que a produção foi pequena, resultando em uma média de 3,3 artigos anuais, porém com um aumento modesto e constante no número de publicações. Quanto às principais temáticas, os autores identificaram que a maioria dos estudos tratava das características do teletrabalho. Os demais focos temáticos foram a gestão no teletrabalho e estudos na área de gestão de pessoas e saúde mental, além de outros com menor predominância.

Ao pesquisarem a produção científica nacional sobre o teletrabalho, no período de 2003 a 2018, Oliveira e Pantoja (2021) também perceberam um número reduzido de artigos publicados, concluindo que a temática ainda era incipiente na época investigada. Das publicações encontradas nas revistas e periódicos nacionais, todos tratavam do teletrabalho na iniciativa privada, sem registros de estudos relacionados ao setor público. Quanto aos distintos aspectos estudados nos artigos da amostra, o assunto de maior representatividade foi a identificação das percepções dos teletrabalhadores e gestores sobre as vantagens e desvantagens do teletrabalho.

A pouca produção em nível nacional também foi constatada por Machado e Toledo (2022), em estudo bibliométrico que analisou teses, dissertações e artigos relacionados ao teletrabalho no serviço público, demonstrando um campo a ser explorado. A coleta de dados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, no Catálogo de Teses e Dissertações e no Portal de Periódicos da CAPES, da Rede SciELO e da Biblioteca Eletrônica SPELL apontou que a maior parte dos trabalhos foi publicada em 2021, no período da pandemia, estando o conteúdo dos estudos de 2021 totalmente associados ao trabalho durante o isolamento social da situação pandêmica. Nos demais anos, de 2008 a 2020, as publicações foram concentradas em abordar a implantação, as vantagens, as desvantagens e a regulação normativa do teletrabalho.

O potencial do teletrabalho como um tema a ser explorado também foi apontado em estudo mais recente. Ao pesquisar 540 artigos publicados em revistas científicas nos últimos cinco anos, Carvalho (2023) detectou que o número de publicações progrediu a partir de 2017, com os aumentos mais acentuados em 2020 e 2021. A motivação para o incremento na produção científica relacionada ao teletrabalho foi justificada pelos fenômenos ocorridos no período de 2017 a 2021, como a reforma trabalhista e a pandemia. A autora reconhece o tema como um campo fértil para pesquisas, em especial no setor público, já que houve maior representatividade de estudos focados na iniciativa privada.

Em estudo bibliométrico concentrado em uma amostra de 195 artigos publicados nos anos 2020, 2021 e 2021, tendo como foco o contexto da pandemia, Malheiros e Tomei (2022) identificaram que as bases intelectuais sobre o teletrabalho estão organizadas em descrever as vantagens e desvantagens do teletrabalho, analisar o papel do teletrabalho no equilíbrio entre vida profissional e vida pessoal, verificar o impacto do teletrabalho nos indicadores organizacionais e discutir o isolamento profissional no teletrabalho. Reconhecendo que o teletrabalho tende a se consolidar, os autores sugerem como agenda de pesquisas futuras analisar os efeitos do teletrabalho na cultura organizacional e na identificação de seus membros com a organização e resultados do teletrabalho conforme diferentes estilos de liderança e gestão.

Diante do exposto, ampliar a literatura sobre o teletrabalho trazendo novas análises da produção científica nos anos anteriores e em período mais recente é uma importante contribuição no desenvolvimento do tema. Por isso, justifica-se a proposta deste estudo, que será detalhado metodologicamente a seguir.

### 3 MÉTODO

Para verificar a produção científica nacional acerca do teletrabalho e alcançar os objetivos propostos neste estudo, utilizou-se a bibliometria, por ser uma técnica quantitativa útil para medir os índices de produção e disseminação do conhecimento científico, permitindo também a adoção de análises qualitativas, visando mapear como está o desenvolvimento científico (Araújo, 2006). Empregando a abordagem quanti-qualitativa, o estudo descritivo-exploratório foi realizado na base científica Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por sua representatividade consolidada como biblioteca virtual de informação científica de alta qualidade, sendo uma referência de pesquisa para discentes de pós-graduação, professores e pesquisadores de variadas áreas. A pesquisa foi desenvolvida por meio do acesso remoto ao conteúdo assinado do Portal de Periódicos da CAPES, a Comunidade Acadêmica Federada - CAFE, que é um serviço provido pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

Considerou-se os artigos publicados entre os anos de 2013 e 2023, no intuito de investigar as publicações já realizadas ao longo de uma década. Em relação aos descritores, a seleção das palavras foi baseada na revisão de literatura sobre teletrabalho, que possibilitou

eleger “teletrabalho”, “home office” e “trabalho remoto” como termos relacionados e de interesse da pesquisa sobre o tema principal.

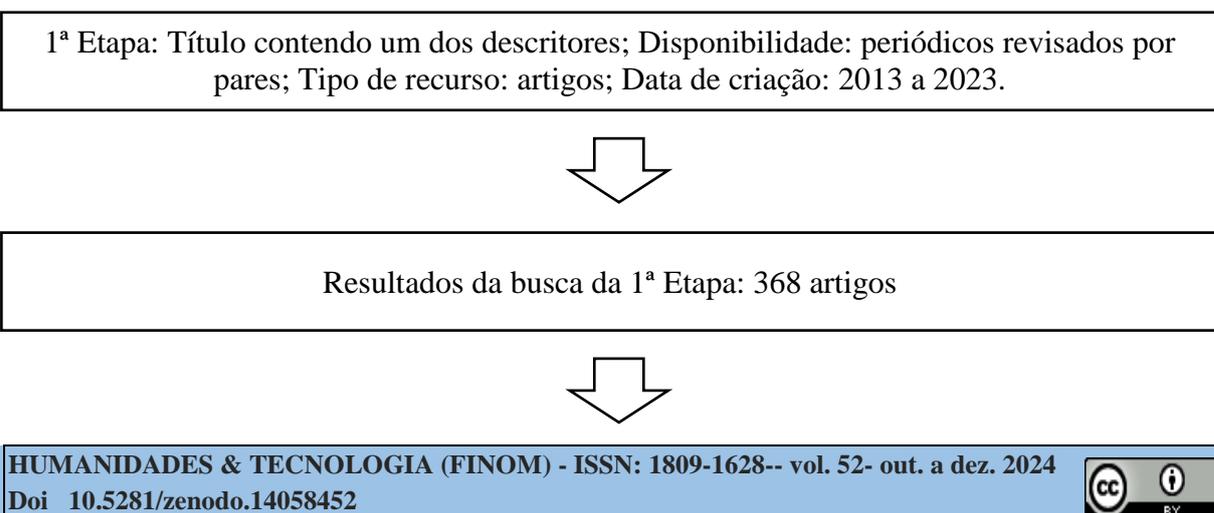
Após estabelecer os descritores, realizou-se a coleta de dados brutos e teve início o preenchimento da planilha no Microsoft Excel para registro e compilação dos dados levantados. Nesta primeira etapa, os filtros de busca foram: Título contendo um dos descritores (“teletrabalho” ou “home office” ou “trabalho remoto”); Disponibilidade: periódicos revisados por pares; Tipo de recurso: artigos; Data de criação: 2013 a 2023.

A busca da primeira etapa foi atualizada em maio de 2024 para acréscimo dos artigos publicados durante todo o ano de 2023, obtendo-se o total de 368 resultados. Dentre os resultados da busca da primeira etapa, considerou-se apenas os artigos que atendiam aos critérios de inclusão e exclusão. Nesta segunda etapa, efetuou-se a exclusão de artigos repetidos, a exclusão de artigos com texto completo indisponível e a exclusão de artigos não alinhados ao interesse da pesquisa, conforme análise do título e leitura do resumo dos trabalhos. Em relação à exclusão de publicações com conteúdo fora do tema em estudo, aplicou-se como critério excluir as publicações de autoria internacional e os artigos que não tratavam do teletrabalho no âmbito do Brasil como tema central. Também foram excluídos os artigos que não tratavam do tema no contexto do trabalho, como foi o caso da exclusão de artigos do descritor "trabalho remoto" por focarem na abordagem do ensino remoto. Feita esta segunda filtragem, chegou a 142 resultados, constituindo o *corpus* da pesquisa.

Encerradas as etapas iniciais de busca e refinamento, seguiu-se para a leitura mais aprofundada de cada um dos artigos. A Figura 1 descreve o fluxograma do procedimento de coleta de dados.

**Figura 1:** Fluxograma das etapas de coleta de dados no Portal de Periódicos da Capes

**Fonte:** Elaborada pela autora.



2ª Etapa: Exclusão de artigos repetidos; Exclusão de artigos com texto completo indisponível; Exclusão de artigos fora do contexto do tema da pesquisa.



Resultados da busca da 2ª Etapa: 142 artigos



3ª Etapa: Leitura dos artigos, análise e interpretação dos dados.

Parte do processo de análise dos dados foi efetuada de modo relacionado à Lei de Bradford, à Lei de Lotka e à Lei de Zipf, por serem as leis clássicas da bibliometria ao analisarem, respectivamente, a produtividade de periódicos, a produtividade científica de autores e a frequência de palavras (Araújo, 2006). Além disso, ainda na análise quantitativa, ampliou-se os tópicos investigados ao realizar um ranqueamento das publicações por ano, por instituições e por tipo de estudo.

Para complementar a investigação e obter uma análise qualitativa da literatura científica sobre teletrabalho, o estudo também verificou a produção científica de acordo com as principais temáticas e os resultados alcançados.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise quantitativa dos dados coletados, verificou-se a produção científica nacional em aspecto numérico relacionado à produção por ano, por periódicos, por autores, por instituição, por tipo de estudo, por frequência de palavras-chave e por tipo de estudo.

O Quadro 1 demonstra a produção científica por ano no período de 2013 a 2023, indicando que o aumento do interesse pelo tema por parte da comunidade científica ocorreu a partir do ano 2020, mantendo-se crescente nos anos seguintes, com o maior número de publicações em 2023. Esses dados indicam a forte influência da pandemia da Covid-19 no comportamento da comunicação científica sobre o tema, o que está diretamente relacionado ao grau de adoção da modalidade nas organizações brasileiras.

**Quadro 1:** Produção científica por ano.**Fonte:** Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa.

Ano	Número de publicações
2013	0
2014	4
2015	5
2016	3
2017	4
2018	9
2019	5
2020	15
2021	22
2022	27
2023	48
<b>Total</b>	142

Na análise quanto à produtividade por periódico, constatou-se 91 periódicos de diversas áreas do conhecimento, sendo que a Revista de Gestão e Secretariado (GeSec) concentra o maior número de artigos publicados sobre o tema, contabilizando onze publicações no período investigado. Em seguida, a Revista Psicologia: Organizações & Trabalho (rPOT) com sete publicações. A terceira posição no ranking é ocupada pela Revista Foco, com cinco artigos. Com quatro publicações, Cadernos EBAPE.BR assume a quarta colocação. Na sequência, sete periódicos que publicaram três artigos, sendo a Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO), Revista Competência (Revista da Educação Superior do Senac-RS), Revista de Carreira e Pessoas (ReCaPe), Revista de Direitos Fundamentais nas Relações do Trabalho, Sociais e Empresariais, Revista Espaço Acadêmico, Revista Gestão & Conexões (REGEC) e Revista Valore. E com duas publicações cada uma, ID on line. Revista de Psicologia, Revista Ciência & Saúde Coletiva, Revista de Administração, Sociedade e Inovação (RASI), Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM), Revista de Direito (Viçosa), Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Revista de Gestão e Tecnologia (NAVUS), Revista de

Gestão Social e Ambiental, Revista Eletrônica Prim@ Facie, Revista FSA (Centro Universitário Santo Agostinho), Revista Gestão Organizacional (RGO), Revista Novos Rumos Sociológicos (NORUS), Revista Produção Online - Revista Científica Eletrônica de Engenharia de Produção e Revista Quaestio Iuris (QI) completam a lista de periódicos com mais de um artigo publicado, como pode ser verificado no Quadro 2. Demais periódicos tiveram uma publicação apenas.

**Quadro 2:** Produção por periódico com mais de um artigo.

**Fonte:** Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa.

Periódicos	Ocorrência
Revista de Gestão e Secretariado (GeSec)	11
Revista Psicologia: Organizações & Trabalho (rPOT)	7
Revista Foco	5
Cadernos EBAPE.BR	4
Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO)	3
Revista Competência (Revista da Educação Superior do Senac-RS)	3
Revista de Carreira e Pessoas (ReCaPe)	3
Revista de Direitos Fundamentais nas Relações do Trabalho, Sociais e Empresariais	3
Revista Espaço Acadêmico	3
Revista Gestão & Conexões (REGEC)	3
Revista Valore	3
ID on line. Revista de Psicologia	2
Revista Ciência & Saúde Coletiva	2
Revista de Administração, Sociedade e Inovação (RASI)	2
Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)	2

Revista de Direito (Viçosa)	2
Revista de Direito Econômico e Socioambiental	2
Revista de Gestão e Tecnologia (NAVUS)	2
Revista de Gestão Social e Ambiental	2
Revista Eletrônica Prim@ Facie	2
Revista FSA (Centro Universitário Santo Agostinho)	2
Revista Gestão Organizacional (RGO)	2
Revista Novos Rumos Sociológicos (NORUS)	2
Revista Produção Online - Revista Científica Eletrônica de Engenharia de Produção	2
Revista Quaestio Iuris (QI)	2

Sobre a autoria, a produção dos 142 artigos envolveu a participação de 398 pesquisadores. O Quadro 3 apresenta os autores que publicaram mais de um artigo, sendo que uma autora produziu cinco artigos, cinco autores tiveram três produções e quatorze autores publicaram dois artigos. Ademais, constatou-se um grande número de autores com uma publicação apenas.

**Quadro 3:** Produção científica de acordo com a autoria, considerando duas ou mais publicações.

**Fonte:** Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Autores	Número de publicações
Denise Pires Fincato	5
Ana Luiza Leite	3
Dannyela da Cunha Lemos	3
Luciana Mourão	3

Luis Felipe Dias Lopes	3
Maria Júlia Pantoja	3
Fábio Lucas de Albuquerque Lima	2
Cristiane Aparecida da Silva	2
Cristiane Froehlich	2
Evelise Dias Antunes	2
Frida Marina Fischer	2
Guilherme Elias da Silva	2
Irineu Francisco Barreto Junior	2
Josiane Machado da Silva	2
Julice Salvagni	2
Michelle Dias Bublitz	2
Milena de Avila Peres	2
Míriam Aparecida Mesquita Oliveira	2
Rodrigo Goldschmidt	2
Silvia Regina Gralha	2

Ainda sobre a autoria, a análise realizada constatou que a maioria das publicações foi desenvolvida por dois pesquisadores, contabilizando 58 artigos com dois autores. A participação de três autores na produção também foi relevante, totalizando 32 publicações. Além dessas constatações, notou-se também que apenas nove artigos foram escritos por um autor e que os demais artigos foram produzidos por quatro ou mais de quatro autores, conforme detalhado no Quadro 4.

**Quadro 4:** Distribuição de número de autores na produção dos artigos.

**Fonte:** Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa.

Quantidade de autores	Número de publicações
1	9
2	58

3	32
4	24
5	11
6	5
7	0
8	2
9	1

Com relação à afiliação institucional dos autores, foram consideradas as instituições de vinculação de cada primeiro autor na data de publicação do artigo. Nota-se que os artigos foram escritos por autores de variadas instituições, com a Universidade de Brasília (UnB) registrando o maior número de publicações com oito trabalhos. Destaca-se também a relevância das instituições localizadas na região Sul do País na quantidade de produções sobre o tema, com seis artigos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), seis artigos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e cinco artigos da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), além da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com três publicações cada. Das instituições localizadas nas demais regiões do Brasil com maiores números de publicações, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Pará (UFPA) contabilizaram cinco artigos cada. E ainda, com três publicações cada, estão a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). As demais instituições tiveram uma ou duas publicações.

Ressalta-se sobre o parâmetro de análise da produção por instituições que, no caso dos artigos que continham na descrição da autoria as instituições de formação acadêmica e de atuação profissional, considerou-se para a análise da afiliação institucional do primeiro autor a instituição de atuação como docente no momento da publicação do artigo. Para este mesmo caso, mas em que o primeiro autor não atuasse como docente em uma instituição de ensino, considerou-se a instituição de sua última formação acadêmica disponível na descrição no artigo. A relação da produção científica por instituição com três ou mais publicações pode ser conferida no Quadro 5.

**Quadro 5:** Produção por instituições com 3 ou mais artigos.

**Fonte:** Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa.

Instituição	Produções
Universidade de Brasília (UnB)	8
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)	6
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	6
Fundação Getúlio Vargas (FGV)	5
Universidade de São Paulo (USP)	5
Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)	5
Universidade Federal do Pará (UFPA)	5
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	3
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	3
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	3
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	3
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	3
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	3

Quanto ao tipo de estudo, os 142 artigos analisados estão divididos, quase que igualmente, em teóricos e empíricos, sendo 67 teóricos e 75 empíricos, conforme demonstrado no Quadro 6. Nos estudos teóricos, 12 tiveram como foco de análise a literatura científica, trazendo dados sobre as publicações sobre o tema.

**Quadro 6:** Classificação por tipo de estudo: Teórico ou Empírico.

**Fonte:** Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa.

Tipo de estudo	Quantidade de artigos
Teórico	67
Empírico	75

Ainda na análise quantitativa, as constatações sobre a frequência das palavras-chave são oportunas para introduzir uma compreensão sobre as questões de interesse das pesquisas. No presente estudo, além de identificar as palavras-chave mais frequentes, constatou-se também a predominância de termos que podem ser categorizados em quatro blocos temáticos principais: saúde, pandemia, jurídico e tecnologia.

Em relação à temática saúde, apareceram as seguintes palavras-chave: saúde, psicodinâmica do trabalho, saúde do trabalhador, qualidade de vida, bem-estar, ergonomia, saúde mental, burnout, segurança e saúde no trabalho, dor musculoesquelética, esgotamento emocional das mulheres, osteomuscular, sintomas, dor crônica, qualidade do sono, ansiedade, efeitos psicossociais da doença, fisioterapia, conforto visual, dor nas costas, doenças psicológicas, Síndrome de Burnout, saúde emocional, sofrimento e prazer no trabalho. Ainda relacionado à saúde, mas no bloco temático pandemia, as palavras-chave empregadas são Covid-19, pandemia, coronavírus, isolamento social e quarentena.

No que tange ao âmbito jurídico, as palavras-chave foram diversas, tais como regulamentação, negociação coletiva, sujeito de direitos, subordinação, norma aplicável, proteção, relação de emprego, Resolução nº 109, de 2012, direitos fundamentais, imposição ao empregador, relação empregatícia, condições de trabalho, reforma trabalhista, precarização, direito do trabalho, precarização, contrato de trabalho, legislação trabalhista, justiça federal, relações de trabalho, Lei 13.467/2017, poder judiciário, assédio moral, direito à desconexão, jornada de trabalho, exploração do trabalho, intensificação, regulação, exploração do trabalho, direito fundamental à privacidade do trabalhador, controle do trabalho, legislação e jurisprudência, condições de trabalho, proteções trabalhistas, medida provisória, horas extras, processos trabalhistas, controle de jornada, jornada exaustiva e judiciário.

Notou-se também um número significativo de palavras-chave relacionadas à tecnologia: sociedade da informação, indústria de software, trabalho por meio telemático, tecnologia, Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação, TIC's, telemática, novas tecnologias, Quarta Revolução Industrial, tecnologia educacional, tecnologias digitais, aceitação de tecnologia, transformação digital, prospecção tecnológica, recursos tecnológicos e escravidão virtual. As palavras-chave mais recorrentes estão listadas no Quadro 7.

**Quadro 7:** Indica as palavras-chave com frequência acima de 10 utilizadas nos artigos.

**Fonte:** Elaborado pela autora, conforme dados da pesquisa.

Palavras-chave	Frequência
Teletrabalho	91
Covid-19	39
Home Office	36
Pandemia	27
Trabalho Remoto	26
Saúde	17
Tecnologia	11

Para complementar a análise dos conteúdos dos artigos, além das palavras-chave, partiu-se também para um levantamento sobre as principais temáticas abordadas a partir da leitura individualizada de cada trabalho. Os dados apontaram para diversas abordagens, que foram categorizadas em seis eixos temáticos principais: percepção sobre a experiência com o teletrabalho; caracterização e contextualização do teletrabalho; abordagem jurídica; saúde do teletrabalhador; conciliação entre vida profissional e vida pessoal; teletrabalho como mecanismo de inclusão. O Quadro 11 permite observar a diversidade de abordagens do teletrabalho na pesquisa científica nacional.

**Quadro 11:** Categorização das principais temáticas abordadas.

**Fonte:** Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa.

Categoria	Questões associadas	Quantidade de artigos
Percepção sobre a experiência com o teletrabalho	vantagens, desvantagens, desafios e viabilidade	63
Caracterização e contextualização do teletrabalho	conceitos, aspectos históricos, aspectos legais e produção científica	24
Abordagem jurídica	regulamentação, legislação, aspectos contratuais, relação laboral, direitos fundamentais,	21

	direitos humanos, direito à desconexão, hiperconexão, normativos de implementação, jornada de trabalho	
Saúde do teletrabalhador	ergonomia, riscos ergonômicos, saúde física, saúde mental, doenças ocupacionais, bem-estar e sintomas musculoesqueléticos	17
Conciliação entre vida profissional e vida pessoal	Relação trabalho-família, desigualdade de gêneros	13
Teletrabalho como mecanismo de inclusão	inclusão social, inserção no mercado de trabalho, inclusão socioeconômica	4

De modo expressivo em relação às demais categorias temáticas, averiguou-se que a maioria dos artigos buscou evidenciar a percepção sobre a experiência com o teletrabalho, levantando as vantagens, as desvantagens, os desafios e a viabilidade da implementação da modalidade laboral. Neste agrupamento temático, os estudos empíricos sobre as vantagens e as desvantagens sob o ponto de vista dos agentes envolvidos na realidade laboral pesquisada apresentam uma parcela majoritária das publicações.

Como resultados nos estudos sobre a percepção acerca do teletrabalho, as vantagens mais elencadas foram autonomia (Aderaldo; Aderaldo; Lima, 2017; Bona; Oliveira, 2021; Costa, S., 2021; Filardi; Castro; Zanini, 2020; Hau; Todescat, 2018; Italo; Amazarray, 2022; Leite; Silveira; Lemos, 2020); diminuição de estresse com deslocamento (Filardi; Castro; Zanini, 2020; Hau; Todescat, 2018; Leite; Silveira; Lemos, 2020); flexibilidade (Aderaldo; Aderaldo; Lima, 2017; Coelho *et al.*, 2022; Bona; Oliveira, 2021; Costa, S., 2021; Ferreira *et al.*, 2022; Filardi; Castro; Zanini, 2020; Freitas; Souza, 2023; Hau; Todescat, 2018; Haubrich; Froehlich, 2020; Italo; Amazarray 2022; Leite; Silveira; Lemos, 2020; Lima, 2023; Melo; Santos, 2022; Motim; Costa, 2014; Pereira *et al.*, 2022; Santos; Reis, 2021); maior concentração (Costa, S., 2021; Hau; Todescat, 2018; Haubrich; Froehlich, 2020; Leite; Silveira; Lemos, 2020); maior equilíbrio entre vida profissional e vida pessoal/familiar (Filardi; Castro; Zanini,

2020; Hau; Todescat, 2018; Leite; Silveira; Lemos, 2020); maior motivação (Filardi; Castro; Zanini, 2020; Hau; Todescat, 2018); maior produtividade (Bona; Oliveira, 2021; Coelho *et al.*, 2022; Costa, S., 2021; Ferreira *et al.*, 2022; Filardi; Castro; Zanini, 2020; Hau; Todescat, 2018; Haubrich; Froehlich, 2020; Leite; Silveira; Lemos, 2020; Lima, 2023; Santos; Reis, 2021); mais tempo com a família (Coelho *et al.*, 2022; Costa, S., 2021; Ferreira *et al.*, 2022; Motim; Costa, 2014); melhoria da qualidade de vida (Aderaldo; Aderaldo; Lima, 2017; Bona; Oliveira, 2021; Costa, S., 2021; Filardi; Castro; Zanini, 2020; Haubrich; Froehlich, 2020; Leite; Silveira; Lemos, 2020; Lima, 2023; Melo; Santos, 2022; Santos; Reis, 2021); menos interrupções (Costa, S., 2021; Filardi; Castro; Zanini, 2020; Hau; Todescat, 2018; Leite; Silveira; Lemos, 2020); redução de custos (Coelho *et al.*, 2022; Costa, S., 2021; Filardi; Castro; Zanini, 2020; Haubrich; Froehlich, 2020; Leite; Silveira; Lemos, 2020; Lima, 2023; Motim; Costa, 2014); redução/dispensa de deslocamento (Coelho *et al.*, 2022; Costa, S., 2021; Ferreira *et al.*, 2022; Filardi; Castro; Zanini, 2020; Haubrich; Froehlich, 2020; Motim; Costa, 2014; Pereira *et al.*, 2022; Santos; Reis, 2021).

Na seara das desvantagens e dos desafios percebidos, os resultados revelaram como mais recorrentes dificuldades de gestão do tempo (Bona; Oliveira, 2021; Costa, S., 2021; Ferreira *et al.*, 2022; Melo; Santos, 2022); dificuldades entre vida pessoal e profissional (Aderaldo; Aderaldo; Lima, 2017; Afonso; Barbosa; Bizarria, 2023; Melo; Santos, 2022); dificuldades de infraestrutura tecnológica (Filardi; Castro; Zanini, 2020; Melo; Santos, 2022); diminuição da interação (Afonso; Barbosa; Bizarria, 2023; Bona; Oliveira, 2021; Costa, S., 2021; Leite; Silveira; Lemos, 2020); falta de contato físico/distanciamento dos colegas (Ferreira *et al.*, 2022; Haubrich; Froehlich, 2020; Melo; Santos, 2022; Pereira *et al.*, 2022) infraestrutura e equipamentos inadequados (Afonso; Barbosa; Bizarria, 2023; Coelho *et al.*, 2022; Santos; Reis, 2021); isolamento profissional (Filardi; Castro; Zanini, 2020); isolamento social (Leite; Silveira; Lemos, 2020; Motim; Costa, 2014; Italo; Amazarray 2022); perda de vínculo com a organização (Filardi; Castro; Zanini, 2020); problemas de comunicação (Afonso; Barbosa; Bizarria, 2023; Coelho *et al.*, 2022; Bona; Oliveira, 2021; Costa, S., 2021; Filardi; Castro; Zanini, 2020; Italo; Amazarray 2022; Lima, 2023; Motim; Costa, 2014; Santos; Reis, 2021; Pereira *et al.*, 2022); problemas de organização da rotina (Coelho *et al.*, 2022; Santos; Reis, 2021); redução do sentimento de pertencimento (Italo; Amazarray 2022); resistências organizacionais (Afonso; Barbosa; Bizarria, 2023); sobrecarga/maior volume de trabalho (Aderaldo; Aderaldo; Lima, 2017; Ferreira *et al.*, 2022; Italo; Amazarray 2022); visão preconceituosa em relação ao teletrabalho (Hau; Todescat, 2018).

Citada em diversos estudos, a qualidade de vida no teletrabalho foi o foco central das pesquisas de Fayad e Nunes (2023) e Velasco, Pantoja e Oliveira (2023). Realizados com servidores públicos, os estudos adquiriram resultados semelhantes de índices satisfatórios de qualidade de vida entre os participantes e de percepção de mal-estar na questão referente à sobrecarga de trabalho.

Dos 63 estudos que versavam sobre a percepção acerca da experiência vivenciada no teletrabalho, oito foram desenvolvidos com docentes, sendo a maioria durante o trabalho remoto emergencial realizado na pandemia. Dentre os resultados, prevaleceram percepções negativas, tais como aumento da carga de trabalho (Almeida *et al.*, 2021; Bernardo; Maia; Bridi, 2020; Medeiros, 2021; Bortolan *et al.*, 2021; Oliveira; Napomuceno, 2023), precarização e fragmentação da categoria docente (Rodrigues; Freitas, 2017) e prejuízos à saúde pelo acúmulo de atividades virtuais (Souza *et al.*, 2021).

Ainda sobre a experiência com o teletrabalho, Abbad *et al.* (2021) utilizaram as respostas de 7.608 servidores de diferentes órgãos públicos brasileiros para o desenvolvimento e validação da Escala de Habilidades para o Teletrabalho em Casa (EHTC). Na perspectiva de que é importante conhecer as habilidades do indivíduo para que a implementação e gestão do teletrabalho possa ocorrer de modo mais eficaz, os autores sugerem a ampla aplicação do instrumento como ferramenta de diagnóstico nas organizações brasileiras.

Outra constatação interessante foi obtida no estudo de Oliveira e Pantoja (2023) a partir da aplicação de questionário junto a 410 servidores públicos de duas instituições brasileiras, tendo como conclusão que a idade, a distância entre casa e trabalho, o tempo de serviço na organização e a experiência com o teletrabalho são fatores que podem influenciar nas atitudes de aceitação e ceticismo diante do teletrabalho. Conforme as respostas dos participantes da pesquisa, as autoras identificaram bons níveis de aceitação do teletrabalho em pessoas mais jovens, que moram mais distantes do local de trabalho e com menor tempo de serviço na organização. Por outro lado, pessoas com mais idade e com mais tempo de serviço possuem maior ceticismo quanto ao teletrabalho.

A segunda temática mais abordada compreende uma categoria de 24 estudos focados em caracterizar e contextualizar o teletrabalho em termos conceituais, históricos, legais e como tema de pesquisa. Nesta categorização, 12 artigos analisaram o panorama das publicações científicas sobre o tema, com destaque para os estudos de Rocha e Amador (2018), Leite, Lemos e Schneider (2019), Silva Júnior e Sousa (2023), Vasconcellos *et al.* (2023) e Pantoja, Santos e Marciano (2023), que identificaram a predominância de publicações sobre os impactos do

teletrabalho, focadas nas vantagens, desvantagens e desafios. Esse achado corrobora com as conclusões das revisões realizadas por Costa (2021), Faria (2020), Oliveira e Pantoja (2021) e Machado e Toledo (2022). Sobre a caracterização do teletrabalho, vale salientar o exposto por Antunes *et al.* (2023), que compararam a modalidade laboral a um iceberg por conter uma parte mais valorizada e visível, composta pelos aspectos favoráveis, e uma parte submersa que revela os aspectos desfavoráveis do teletrabalho, descrevendo os riscos que a médio e longo prazo podem prejudicar a saúde e o bem-estar dos indivíduos, assim como comprometer os resultados, expressando concordância com o discorrido no referencial teórico deste artigo.

Nos artigos associados à abordagem jurídica, as reflexões foram nitidamente sobre a regulamentação da modalidade laboral, os marcos legais nacionais, os aspectos contratuais, os direitos fundamentais, as relações trabalhistas e os normativos de implementação no setor público. Quanto ao avanço legislativo do teletrabalho no Brasil, nota-se, de modo significativo, que os estudos tiveram como motivações a Lei nº 12.551/2011 (Barreto Júnior; Silva, 2015; Fincato; Bublitz, 2014); a Lei nº 13.467/17 da Reforma Trabalhista (Fincato; Andrade, 2018; Hazan; Morato, 2019; Lima Filho; Pereira, 2020; Rabelo; Cavalcante, 2019), a Lei nº 14.442/2022 com atualizações da CLT (Ferreira *et al.* 2023) e as normativas de implementação do teletrabalho na esfera pública (Fincato; Christofoli, 2016; Hernandes; Lemos Júnior, 2023).

A saúde do indivíduo que pratica o teletrabalho foi o assunto principal de 17 artigos e envolveu aspectos ergonômicos e doenças ocupacionais, tanto físicas quanto psicológicas, que impactam na saúde global do indivíduo e, conseqüentemente, também no desempenho profissional e na produtividade. Partindo do entendimento de que a qualidade de vida e saúde do trabalhador, em grande parte, dependem do meio ambiente de trabalho, Almeida, Almeida e Carvalho (2018) ressaltaram que o teletrabalho possui potencial risco de desencadeamento de doenças ocupacionais. Silva (2018) enfatizou que é preciso levar em consideração as questões associadas à saúde física e mental, não somente com os aspectos econômicos do teletrabalho. Destaca-se a revisão sistemática de Mishima-Santos, Renier e Sticca (2020), que constatou baixa produção científica nacional sobre saúde e teletrabalho no período de 2002 a 2017, além da falta de consenso entre pesquisadores sobre depressão e estresse no teletrabalho.

A pesquisa de Guimarães *et al.* (2022) apresentou um dado preocupante sobre os riscos ergonômicos e sintomas musculoesqueléticos durante o teletrabalho no contexto da pandemia. Como resultados, foram encontrados riscos ergonômicos e a prevalência de dor entre os técnicos administrativos do Instituto Federal Catarinense (IFC) respondentes do questionário foi de 92,7%, sendo o pescoço, a coluna lombar e o ombro direito as regiões mais afetadas.

Com objetivo semelhante, Souza *et al.* (2022) investigaram a incidência de sintomas osteomusculares em trabalhadores de home office durante a pandemia e constaram que 68% dos participantes relataram problemas como dor, formigamento ou dormência na parte inferior das costas. A prevalência de dor crônica foi identificada em aproximadamente metade da amostra de 328 adultos em teletrabalho durante a pandemia no estudo de Silvestre *et al.* (2023), estando o sintoma associado à ansiedade, aos distúrbios do sono e ao tempo passado sentado.

Quanto à saúde mental, a revisão de literatura feita por Martins *et al.* (2023) e o estudo qualitativo de Mendes e Silva (2023) trataram do trabalho de docentes durante a pandemia. A conclusão de Martins *et al.* (2023) ao analisarem a literatura foi que houve um aumento na carga horária dos docentes durante o trabalho na pandemia, o que impactou na saúde mental dos professores. No caso da pesquisa de Mendes e Silva (2023), verificou-se que o trabalho em contexto remoto favoreceu as vivências de sofrimento entre os professores entrevistados. De modo divergente, Borges *et al.* (2023) averiguaram que houve maior prevalência de emoções positivas em relação às negativas em profissionais trabalhando na modalidade home office, além de moderada exaustão emocional.

Outra constatação é que 13 artigos versaram sobre a conciliação entre trabalho e família, considerando a realização do teletrabalho na residência do trabalhador, em especial no período pandêmico. A maior parte dos estudos, tais como os artigos de Lemos, Barbosa e Monzato (2020), Castro *et al.* (2020), Salvagni, Lagemann e Veronese (2023), evidenciaram os impactos do teletrabalho na vida de mulheres e mães, sinalizando que ao mesmo tempo que possibilita maior aproximação da família e disponibilidade para cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos, o teletrabalho no local residencial também é gerador de sobrecarga em pessoas do gênero feminino por reunir em um único espaço o atendimento às demandas profissionais, pessoais e familiares, o que pode causar exaustão física e emocional. Além dos efeitos negativos na saúde, a produtividade também pode ser comprometida, como foi mostrado na conclusão de Sales, Muniz e Pereira (2023). Entre os 13 artigos, outra constatação é que apenas quatro estudos incluíram homens como participantes da pesquisa, indicando que é uma questão muito mais discutida sob a perspectiva das mulheres, por historicamente e culturalmente o papel de cuidar dos filhos e das atividades do lar estar mais associado ao universo feminino, o que levanta reflexões sobre a divisão sexual do trabalho doméstico e a desigualdade de gênero.

Nos estudos teóricos, a questão do teletrabalho como mecanismo de inclusão foi tema de quatro artigos. Quanto à inclusão socioeconômica e no mercado de trabalho, as conclusões dos autores foram divergentes. Pezzella e Bublitz (2014) alertaram sobre o teletrabalho ser

objeto de exclusão social ao limitar a integração do indivíduo na comunidade de trabalho. Já Dacheri e Goldschmidt (2018) colocaram a inclusão socioeconômica daqueles trabalhadores que são geralmente excluídos do mercado de trabalho, como os idosos e pessoas com deficiência, como uma das principais vantagens do teletrabalho. Em relação à inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, Fuzetto e Rossignoli (2021) concluíram que a longo prazo o teletrabalho, por retirar a participação efetiva no ambiente de trabalho, é fator de exclusão social por afastar a pessoa com deficiência do convívio na sociedade, devendo ser visto com cautela como uma ação afirmativa. O cuidado e atenção com a temática teletrabalho e deficiência também foram levantados por Silva e Souza-Fukui (2022).

Assim, é notório que o teletrabalho como tema de pesquisa nacional envolve variados aspectos, com grande parte das publicações registradas em anos mais recentes, trazendo similaridade ao achado de Carvalho (2023).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados apresentados, conclui-se que o objetivo deste estudo foi alcançado por ter gerado um panorama sobre como o teletrabalho tem sido abordado na comunicação científica nacional, em termos quantitativos e qualitativos, trazendo dados que evidenciam a evolução temporal do teletrabalho como tema de pesquisa nos últimos anos, em especial nos anos de 2020 a 2023, com notável crescimento no número de artigos publicados. Tal constatação pode ser justificada pela pandemia da Covid-19 e seus desdobramentos, ao passo que alterou a rotina das pessoas e o modo de executar o trabalho ao impor o distanciamento social, despertando maior interesse de pesquisadores pela compreensão da modalidade laboral.

Os dados também confirmam, assim como no referencial teórico, a complexidade da natureza do teletrabalho. Ao reunir em um mesmo campo questões que se configuram como vantagens e desvantagens, impera o dilema do teletrabalho com seu caráter multifacetado associado a múltiplos aspectos pessoais, organizacionais e sociais, desvelando o quanto a modalidade ainda carece de maior entendimento, de modo a superar os desafios, mitigar os problemas e potencializar os benefícios mutuamente, com ganhos para os indivíduos, as organizações e a sociedade, atentando-se às possíveis consequências a curto, médio e longo prazo.

Para estudos futuros, visando mapear a evolução do interesse pelo teletrabalho como tema de pesquisa, sugere-se o acompanhamento das novas publicações desenvolvidas em anos

posteriores à pandemia da Covid-19 e os resultados alcançados fora do momento atípico, bem como ampliar o escopo da pesquisa em outras bases científicas, no sentido de compreender o comportamento da produção científica em relação ao tema e as discussões mais recentes que permeiam o assunto, assim como de promover o aprofundamento teórico e prático da modalidade na literatura nacional e nas organizações brasileiras.

## REFERÊNCIAS

ABBAD, G. da S.; MOURÃO, L.; COSTA, R. B.; MARTINS, L. B.; LEGENTIL, J.; & MIRANDA, L. Habilidades para Teletrabalho em Casa: Construção e Evidências de Validade da Escala. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 21, n. 3, p. 1655-1664, 2021. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1984-66572021000300014](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1984-66572021000300014). Acesso em: 24 jul. 2024.

ABBAD, G. da S.; LEGENTIL, J.; MOURÃO, L.; MARTINS, L. B.; ZERBINI, T. Desenho e Gestão do Teletrabalho. *In*: ABBAD, G. da S.; BORGES-ANDRADE, J. E.; MOURÃO, L.; GONDIM, S. M. G. (Org.). **Desenho e redesenho do trabalho: modelos e ferramentas de apoio à gestão**. 1. ed. São Paulo: Vetor Editora, v. 2, p. 106-122, 2022.

ADERALDO, I. L.; ADERALDO, C. V. L.; LIMA, A. C. Aspectos críticos do teletrabalho em uma companhia multinacional. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, ed. Especial, p. 511-533, set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/60287/67883>. Acesso em: 17 jul. 2024.

AFONSO, D. de S.; BARBOSA, F. L. S.; BIZARRIA, F. P. de A. Competências individuais para os desafios do teletrabalho no Ministério Público do Trabalho. **Revista do Serviço Público**, v. 74, n. 3, p. 703-724, 2023. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/8658>. Acesso em: 23 jul. 2024.

ALMEIDA, D. M. de; ALVES, V. W. S.; LOPES, L. F. D.; IBDAIWI, T. K. R.; NOGUEIRA, V. dos S. Teletrabalho: Docentes se Reinventando em Tempos de Pandemia. **Revista FSA - Faculdade Santo Agostinho**, v. 18, n. 3, p. 148-170, mar. 2021. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/2236>. Acesso em: 24 jul. 2024.

ALMEIDA, M. de L. C. de; ALMEIDA, M. C. C. de; CARVALHO, M. H. de. O Meio Ambiente do Teletrabalho e as Doenças do Teletrabalhador. **Revista Internacional Consinter de Direito**, v. 06, p. 72-82, 2018. Disponível em: [https://revistaconsinter.com/index.php/ojs/0619#\\_ftn2](https://revistaconsinter.com/index.php/ojs/0619#_ftn2). Acesso em: 26 jul. 2024.

ANTUNES, E.D.; RIBEIRO, B. C.; SANTOS, M.; FISCHER, F. M. A ponta do iceberg: o teletrabalho durante a pandemia. **Saúde Sociedade**, v. 32, n. 3, 2023. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003164944>. Acesso em: 26 jul. 2024.

ANTUNES, R. Uberização do trabalho e capitalismo de plataforma: uma nova era de desantropomorfização do trabalho?. **Análise Social**, v. 58, n. 248, p. 512-532, 2023.

Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/33535>. Acesso em: 10 jul. 2024.

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/16/5>. Acesso em: 2 mai. 2024.

BARRETO JÚNIOR, I. F.; SILVA, J. M. da. novas tecnologias e relações de trabalho na sociedade da informação: o teletrabalho. **Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas**, v. 15, n. 24, p. 21-50, jul. 2015. Disponível em: [http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/direito\\_e\\_justica/article/view/1616](http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/direito_e_justica/article/view/1616). Acesso em: 22 jul. 2024.

BERNARDO, K. A. da S.; MAIA, F. I.; BRIDI, M. A. As configurações do trabalho remoto da categoria docente no contexto da pandemia covid-19. **NORUS - Revista Novos Rumos Sociológicos**, v. 8, n. 14, p. 8-39, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/NORUS/article/view/19908/0> Acesso em: 24 jul. 2024.

BONA, F. D. De; OLIVEIRA, C. Percepções dos Pesquisadores de uma Empresa Pública Brasileira de Pesquisa Científica em relação ao Teletrabalho. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 21, n. 4, p. 1707-1720, 2021. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1984-66572021000400006&script=sci\\_abstract](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1984-66572021000400006&script=sci_abstract) Acesso em: 21 jul. 2024.

BOONEN, E. M. As várias faces do teletrabalho. **Revista Economia & Gestão**, v. 2, n. 4, p. 106-127, 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/economiae gestao/article/view/104> Acesso em: 5 mai. 2024.

BORGES, A. C. S.; LOPES, L. F. D.; BAGGIO, D. K.; FABRICIO, A. My home is no longer a safe place for my emotional health: home-office work and its consequences on emotional health. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 18, n. 1, 2023. Disponível em: <https://rgsa.openaccesspublications.org/rgsa/article/view/4158>. Acesso em: 27 jul. 2024.

BORTOLAN, Giovana M. Z.; SANTOS, A. N. V. dos; DOMENECH, S. C.; FERREIRA, M. G. G. Análise da experiência do trabalho remoto em home office de professores do ensino superior. **Ergodesign & HCI**, v. 9, n. 2, p. 141-157, 2021. Disponível em: <https://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaergodesign-hci/article/view/1612>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 1.590, de 10 de agosto de 1995**. Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 11 ago. 1995. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1590.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1590.htm). Acesso em: 10 mai. 2024.

\_\_\_\_. **Instrução Normativa nº 1, de 31 de agosto de 2018**. Estabelece orientação, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec relativos à implementação de Programa de

Gestão, de que trata o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39382838/do1-2018-09-03-%20instrucao-normativa-n-1-de-31-de-agosto-de-2018-39382704](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39382838/do1-2018-09-03-%20instrucao-normativa-n-1-de-31-de-agosto-de-2018-39382704). Acesso em: 10 mai. 2024.

\_\_\_\_. **Instrução Normativa Nº 65, de 30 de julho de 2020**. Estabelece orientações, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal -SIPEC relativos à implementação de Programa de Gestão. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-65-de-30-de-julho-de-2020-269669395>. Acesso em: 10 mai. 2024.

\_\_\_\_. **Lei nº 14.442, de 02 de setembro de 2022**. Dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação ao empregado e altera a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2022/lei/L14442.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14442.htm). Acesso em: 20 mai. 2024.

CARVALHO, A. V. G. de. Um olhar sobre o teletrabalho nas publicações brasileiras: estudo exploratório. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano. 08, ed. 10, v. 01, p. 108-127, out. 2023. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/teletrabalho-nas-publicacoes>. Acesso em: 14 jul. 2024.

CASTRO, T. C. M.; BOTTEGA, C. G.; DETONI, P. P.; TITTONI, J. Em tempos de Coronavírus: home office e o trabalho feminino. **NORUS - Revista Novos Rumos Sociológicos**, v. 8, n. 14, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/NORUS/article/view/20017>. Acesso em: 29 jul. 2024.

COELHO, L. G.; OLIVEIRA, W. A.; SILVA, A. G. F.; BARRETO, L. K. S.; PEREIRA, T. M. F. Percepções sobre o trabalho remoto durante o período pandêmico: um estudo de caso no Instituto Federal do Ceará. **Revista Brasileira de Planejamento Desenvolvimento**, Curitiba, v. 11, n. 02, p. 476-492, mai./ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/14554>. Acesso em: 22 jul. 2024.

COSTA, I. de S. A. da. **Poder/saber e subjetividade na construção do sentido do teletrabalho**. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3273/Capaetc%202.pdf?seq>. Acesso em: 21 jun. 2024.

COSTA, I. de S. A. da. **Teletrabalho: discurso, narrativas e identidades**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021.

COSTA, S. D. M. Trabalho home-office em tempos de Covid-19 no Brasil: práticas e perspectivas. **Revista Competência**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, jul. 2021. Disponível em: <https://seer.senacrs.com.br/index.php/RC/article/view/814>. Acesso em: 21 jul. 2024.

DACHERI, E.; GOLDSCHMIDT, R. Teletrabalho: Uma possibilidade de inclusão socioeconômica do trabalhador. **PRIM@ FACIE**, v. 17, n. 35, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/primafacie/article/view/40160/20919>. Acesso em: 29 jul. 2024.

FARIA, J. L. F. Desenho do Teletrabalho: percepções e práticas. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38454/1/2020\\_JulianaLegentilFerreiraFaria.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38454/1/2020_JulianaLegentilFerreiraFaria.pdf). Acesso em: 2 jun. 2024.

FAYAD, R. F. M.; NUNES, A. Qualidade de vida no teletrabalho: um estudo de caso na Universidade de Brasília. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 4, p. 6340-6361, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2054>. Acesso em: 24 jul. 2024.

FERREIRA, A.; PEREIRA, A. C. V.; FAUSTINO, N. P. F.; MENDONÇA, R. C. de P.; OLIVEIRA, U. R. de.; As perspectivas do home office pós-pandemia na percepção do empregado: uma pesquisa de campo. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 20, n. 3, p. 407-428, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/27723> Acesso em: 22 jul. 2024.

FERREIRA, V. E. N.; NASCIMENTO, J. O. E. do; SILVA, R. H. da; BRITO FILHO, J. C. M. D. Teletrabalho e hiperconexão: uma análise a partir do conceito de jornada exaustiva. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ - RFD**, n. 42, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rfduerj/article/view/66977>. Acesso em: 22 jul. 2024.

FILARDI, F.; CASTRO, R. M. P. de; ZANINI, M. T. F. (2020). Vantagens e desvantagens do teletrabalho na administração pública: Análise das experiências do Serpro e da Receita Federal. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 18, n. 1, p. 28-46, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/74605>. Acesso em: 20 jul. 2024.

FINCATO, D. A regulamentação do teletrabalho no Brasil: indicações para uma contratação minimamente segura. **Revista Jurídica Luso-brasileira**, v. 1, n. 3, 2016. Disponível em: [https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2016/2/2016\\_02\\_0365\\_0396.pdf](https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2016/2/2016_02_0365_0396.pdf). Acesso em: 13 jun. 2024.

FINCATO, D. Teletrabalho na reforma trabalhista brasileira. **Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 8, n. 75. p. 58-72, fev. 2019. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/152290>. Acesso em: 13 jun. 2024.

FINCATO, D. P.; ANDRADE, A. S. de Home office: direitos fundamentais, meio ambiente laboral e reforma trabalhista. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, v. 9, n. 2, 2018. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/14953>. Acesso em: 22 jul. 2024.

FINCATO, D. P.; CHRISTOFOLI, D. P. O teletrabalho na Justiça do Trabalho da 4ª Região e o princípio da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça**, v.

10, n. 34, p. 269-293, 2016. Disponível em: <https://dfj.emnuvens.com.br/dfj/article/view/89>. Acesso em: 22 jul. 2024.

FINCATO, D. P.; DIAS BUBLITZ, M. A negociação coletiva como ferramenta regulamentadora de norma aberta: o teletrabalho e a lei 12.551/2011. **Revista do Direito**, n. 44, p. 107-133, 20 set. 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/4647>. Acesso em: 22 jul. 2024.

FINCATO, D. P.; KROST, O. Teletrabalho: origens e desafios após a Covid-19. 2022. **Revista da Escola Judicial do TRT4**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 203-227, 2022. Disponível em: <https://rejtrt4.emnuvens.com.br/revistaejud4/article/view/178>. Acesso em: 13 jun. 2024.

FREITAS, M. L. C. de; SOUZA, R. B. de. Percepções dos profissionais de secretariado executivo sobre o trabalho remoto. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 11, p. 19789-19809, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2793>. Acesso em: 22 jul. 2024.

FUZETTO, M. M.; ROSSIGNOLI, M. O teletrabalho para a pessoa com deficiência como dificultador da inclusão social. **REI - Revista Estudos Institucionais**, v. 7, n. 2, p. 606-628, 2021. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/540>. Acesso em: 29 jul. 2024.

GOULART, J. O. **Teletrabalho**: alternativa de trabalho flexível. Brasília: Senac. 2009.

GUIMARÃES, B.; SILVA, T.; MUNHOZ, D.; LANDIVAR, P. Riscos ergonômicos e sintomas musculoesqueléticos em técnicos administrativos do Instituto Federal Catarinense durante o teletrabalho na Pandemia da COVID-19. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 29, n. 3, p. 278-283, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/fpusp/article/view/203065>. Acesso em: 26 jul. 2024.

GUIMARÃES, V. A. **Teletrabalho em um campus do IF Sudeste MG**: proposição de um programa de capacitação de gestores e servidores TAEs. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2023. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/29208>. Acesso em: 14 jul. 2024.

HAU, F.; TODESCAT, M. O teletrabalho na percepção dos teletrabalhadores e seus gestores: vantagens e desvantagens em um estudo de caso. **NAVUS Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 8, n. 3, p. 37-52, jul./set. 2018. <https://navus.sc.senac.br/navus/article/view/601/pdf>. Acesso em: 18 jul. 2024.

HAUBRICH, D. B.; FROEHLICH, C. Benefícios e Desafios do Home Office em Empresas de Tecnologia da Informação. **Revista Gestão & Conexões**, v. 9, n. 1, p. 167-184, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/27901>. Acesso em: 20 jul. 2024.

HAZAN, B. F.; MORATO, A. Teletrabalho no direito brasileiro: fundamentos, perspectivas e alterações promovidas pela reforma trabalhista. **Lex Humana**, v. 10, n. 1, p. 1-24, 2019. Disponível em: <https://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/article/view/1584>. Acesso em: 22 jul. 2024.

HERNANDES, E. M.; LEMOS JÚNIOR, W. A difusão do teletrabalho nas autarquias da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação em Revista**, v. 24, 2023. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/14006>. Acesso em: 22 jul. 2024.

ITALO, C. T.; Amazarray, M. R. Home Office: Percepções de Trabalhadores durante a Pandemia de COVID-19. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 22, n. 3, p. 2069-2077, 2022. Disponível em: <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/rpot/article/view/23814>. Acesso em: 22 jul. 2024.

KUGELMASS, Joel. **Teletrabalho: novas oportunidades para o Trabalho Flexível**. São Paulo: Atlas, 1996.

LEGENTIL, J., POJO, R.; CUNHA, W.; FARIA, L. Programa de Gestão: Bastidores e Perspectivas do Teletrabalho no Executivo Federal. In: ZAVANELLA, F.; PINTO, L. O. C. (Org.). **A Evolução do Teletrabalho: Tomo II - Gestão**. 1. ed. São Paulo: Lacier Editora, v. 2, p. 7-152, 2022.

LEITE, A. L.; LEMOS, D. da C.; SCHNEIDER, W. A. Teletrabalho: Uma revisão integrativa da literatura internacional. **CONTEXTUS – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 17, n. 3, 2019. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/contextus/article/view/42743>. Acesso em: 24 jul. 2024.

LEITE, A. L.; SILVEIRA, T. B. J.; LEMOS, D. C. Implicações do trabalho remoto em uma empresa de base tecnológica. **NAVUS Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 10, p. 01-15, 2020. Disponível em: <https://navus.sc.senac.br/navus/article/view/1318>. Acesso em: 20 jul. 2024.

LEMOS, A. H. da C.; BARBOSA, A. de O.; MONZATO, P. P. Women in home office during the COVID-19 pandemic and the work-family conflict configurations. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 60, n. 6, p. 388-399, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/82912>. Acesso em: 29 jul. 2024.

LIMA, F. L. de A. Teletrabalho jurídico compulsório na pandemia do COVID-19: a experiência de advogados públicos federais. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 9, p. 15962-15983, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2717>. Acesso em: 23 jul. 2024.

LIMA FILHO, J. S. F. de; PEREIRA, E. K. G. Precarização das relações laborais: análise crítica sobre as disposições do teletrabalho na Lei 13.467/2017. **Revista de Direito**, v. 12, n. 01, p. 01-19, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrv.br/revistadir/article/view/9871>. Acesso em: 22 jul. 2024.

MACHADO, P. S. X.; TOLEDO, D. A. da C. Estudo bibliométrico da produção científica sobre o teletrabalho no serviço público em âmbito nacional. **Reuna**, v. 27, p. 36-55, 2022. Disponível em: <https://revistas.una.br/reuna/article/view/1307>. Acesso em: 14 jul. 2024.

MALHEIROS, B. T.; TOMEI, P. A. A Intensificação do Teletrabalho pela COVID-19: um estudo bibliométrico no contexto da pandemia. *In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Administração*, 2022, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos do Enanpad, 2022. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/f0873a91b499e265ff6d78ff6e8985a0.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2024.

MARTINS, I. G. N.; ALMEIDA, T. M. de O.; CUNHA, P. J. F.; MARTINS, J. G. S.; COSTA, S. M. G.; BARBOSA, W. A. S.; SILVA, C. C. S.; ALMEIDA, C. V. B. O domicílio invadido: a docência e o home office na pandemia do coronavírus. *Revista Foco*, v. 16, n. 4, 2023. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/1605>. Acesso em: 27 jul. 2024.

MASI, D. de. **O trabalho no século XXI**: fadiga, ócio e criatividade na sociedade pós-industrial. 1. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2022.

MEDEIROS, D. M. O teletrabalho durante a pandemia da covid- 19: indicadores da intensificação do trabalho docente. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 10, n. 3, p. 1158-1171, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/62304>. Acesso em: 24 jul. 2024.

MELLO, A. **Teletrabalho (Telework)**: o trabalho em qualquer lugar e a qualquer hora. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MELO, D. de C.; SANTOS, P. G. C. e. Trabalho remoto emergencial advindo da covid-19: potencialidades e desafios para executivos. *Revista de Gestão Organizacional*, v. 15, n. 2, p. 23-42, mai./ago. 2022. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/6630>. Acesso em: 22 jul. 2024.

MENDES, A. P. B.; SILVA, E. F. da S. Vivências de professores(as) no contexto do ensino remoto em período de pandemia: a inserção do trabalho remoto e as repercussões em sua saúde mental. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 26, 2023. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpst/article/view/195391>. Acesso em: 27 jul. 2024.

MISHIMA-SANTOS, V.; STICCA, M. G.; ZERBINI, T. Teletrabalho e impactos na saúde e bem-estar do teletrabalhador: revisão sistemática. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 2020, v. 2, n. 3, p. 865-877, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.15309/20psd210327>. Acesso em: 26 jul. 2024.

MOTIM, V. COSTA, H. O trabalho do designer gráfico na configuração home office: vantagens e desvantagens na perspectiva do profissional. *Projética*, v. 5, n. 2, p. 127-148, dez. 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/projetica/article/view/19143/16393>. Acesso em: 15 jul. 2024.

NOGUEIRA, A. M.; PATINI, A. C. Trabalho remoto e desafios dos gestores. *Innovation and Management Review*, v. 9, n. 4, p. 121-152, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rai/article/view/79292>. Acesso em: 19 jun. 2024.

OLIVEIRA, M. A.; NAPOMUCENO, A. A. Home-office: desafios e expectativas enfrentados pelos docentes do curso de gestão comercial do IFPB da cidade de Guarabira - PB. **Revista Gestão e Organizações**, v. 8, n. 2, p. 66-88, set. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/rgo/article/view/7398>. Acesso em: 24 jul. 2024.

OLIVEIRA, M. A. M.; PANTOJA, M. J. Desafios e Perspectivas do Teletrabalho nas Organizações: Cenário da Produção Nacional e Agenda de Pesquisa. **Revista Ciências Administrativas**, v. 26, n. 3, 2021. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rca/article/view/e9538>. Acesso em: 13 jul. 2024.

OLIVEIRA, M. A. M.; PANTOJA, M. J. Teletrabalho e atitudes frente à mudança em organizações públicas brasileiras: experiências e desafios. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 3, p. 4095-4116, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1870>. Acesso em: 24 jul. 2024.

OLIVEIRA NETO, C. P. Trabalho em ambiente virtual: causas, efeitos e conformação. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20883>. Acesso em: 11 jul. 2024.

PANTOJA, M. J.; SANTOS, L. S. dos; MARCIANO, L. H. da S. Teletrabalho em tempos de pandemia: uma revisão sistemática da literatura internacional. **Competência**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, jun. 2023. Disponível em: <https://seer.senacrs.com.br/index.php/RC/article/view/885>. Acesso em: 25 jul. 2024.

PEREIRA, S. M. da S.; SILVA, M. R. D.; SANTOS, M. M. B. dos; SILVA, H. B. O. da. O trabalho remoto emergencial em instituição federal de ensino superior na perspectiva dos ocupantes do cargo de secretário(a) executivo(a). **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 13, n. 3, p. 431-454, 2022. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1322>. Acesso em: 22 jul. 2024.

PEZZELLA, M. C. C.; BUBLITZ, M. D.; A pessoa como sujeito de direitos na sociedade da informação: teletrabalho como forma de inclusão social - um desafio. **Pensar - Revista de Ciências Jurídicas**, v. 19, n. 1, p. 179-200, 2014. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rpen/article/view/3091>. Acesso em: 29 jul. 2024.

RABELO, F. C. P.; CAVALCANTE, M. A. A evolução tecnológica e o teletrabalho: avanço legislativo no Brasil. *Revista Eletrônica Direito e Política*, v. 14, n. 3, p. 640-660, 2019. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/15839>. Acesso em: 22 jul. 2024.

ROCHA, C. T. M.; Amador, F. S. O teletrabalho: conceituação e questões para análise. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, n. 1, p. 152-162, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/54516>. Acesso em: 24 jul. 2024.

RODRIGUES, C. M. L.; FREITAS, L. G. de. Teletrabalho e precarização – configurações do trabalho docente em EAD. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 103-114, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9539>. Acesso em: 24 jul. 2024.

SALES, T. S.; MUNIZ, B. M. do N. B.; PEREIRA, A. C. Impactos do teletrabalho para as professoras do curso de direito da UNIFOR durante a pandemia Covid-19. **Revista Quaestio Iuris**, v. 16, n. 3, p. 1533-1551, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/quaestioiuris/article/view/68245>. Acesso em: 29 jul. 2024.

SALVAGNI, J.; LAGEMANN, V.; VERONESE, M. V. A relação entre maternidade e trabalho no contexto de home office. **Revista Conhecimento Online**, v. 2, p. 95-116, 2023. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/3323>. Acesso em: 29 jul. 2024.

SANTOS, A. L. T. dos; REIS, A. da C. O Serviço Público e o Teletrabalho na Administração Pública Federal Brasileira em Tempos de Covid-19. **Revista FSA**, Teresina, v. 18, n. 03, art. 2, p. 29-48, mar. 2021. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/2253>. Acesso em: 21 jul. 2024.

SCHLEDER, M. V. N.; GAI, M. J. P.; OLIVEIRA, G. C. de; COSTA, V. M. F. Teletrabalho e a Pesquisa Acadêmica: Análise a Produção Científica Disponível em Bancos de Dados Nacionais Abertos até 2017. **Revista Administração em Diálogo**, v. 21, n. 1, p. 81-98, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/39082>. Acesso em: 13 jul. 2024.

SILVA, G. E. da. Teletrabalho: nova configuração de trabalho flexível e possíveis efeitos à subjetividade e saúde mental dos teletrabalhadores. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 18, n. 209, p. 44-55, out. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/44709>. Acesso em: 26 jul. 2024.

SILVA, G. E. da; SOUZA-FUKUI, R. C. de. O teletrabalho como mecanismo de inclusão social da pessoa com deficiência. **Revista Espaço Acadêmico**, p. 81-96, 2022. Disponível em: <https://edueojs.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/63924>. Acesso em: 29 jul. 2024.

SILVA JÚNIOR, M. J. C.; SOUSA, W. J. de. A Pesquisa em Teletrabalho na Administração Pública no Brasil: uma Revisão no Catálogo de Teses e Dissertações (CTD/Capes). **Revista Gestão & Conexões**, v. 12, n. 2, p. 71-94, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/39964>. Acesso em: 24 jul. 2024.

SILVESTRE, B. A.; MIOTTO, L. P.; GRAMANI-SAY, K.; BARBOSA, M. H.; HORTENSE, P. Dor crônica e fatores associados ao teletrabalho durante a pandemia da COVID-19 no Brasil. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/ZQpfF5ckWkvpYGMLfKVHdFS/?lang=pt>. Acesso em: 26 jul. 2024.

SOARES, A. Teletrabalho e Comunicação em Grandes CPDs. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 64-77, 1995. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/38185>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SOBRATT. **Orientação para implantação e prática do teletrabalho e home office**. 2020. Disponível em:

<https://www.sobratt.org.br/site2015/wpcontent/uploads/2020/12/CartilhaTeletrabalho.pdf>.

Acesso em: 28 mai. 2024.

SOUZA, G. D. A. M. de; PAIVA, L. M.; BORGES, M. B. S. e; BOSCATO, K. L. Incidência de sintomas osteomusculares em trabalhadores de home office durante a pandemia da covid-19. **Revista Foco**, v. 15, n. 5, 2022. Disponível em:

<https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/537>. Acesso em: 26 jul. 2024.

SOUZA, J. B. de; HEIDEMANN, I. T. S. B.; BRUM, C. N. de; WALKER, F.; SCHLEICHER, M. L.; ARAÚJO, J. S. Vivências do trabalho remoto no contexto da covid-19: reflexões com docentes de enfermagem. **Cogitare Enfermagem**, v. 26, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/77243>. Acesso em: 24 jul. 2024.

TROPE, A. **Organização Virtual: impactos do teletrabalho nas organizações**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

VASCONCELLOS, C. A.; SILVA, A. L. B. da; LISBOA, G. E. M. de O.; SCHIMITH, C. D. Impactos do teletrabalho durante a pandemia da covid-19: principais achados e lacunas de pesquisa. **Revista Visão: Gestão Organizacional**, v. 12, n. 1, p. 53-73, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/visao/article/view/2983>. Acesso em: 25 jul. 2024.

VELASCO, S. M. V. de; PANTOJA, M. J.; OLIVEIRA, M. A M. Qualidade de Vida no Teletrabalho Compulsório no Contexto da COVID-19: Percepções entre os Gêneros em Organizações Públicas. **Administração Pública & Gestão Social**, v. 15, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/13689>. Acesso em: 23 jul. 2024.